**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO GERAL DAS**

**ESCOLAS MUNICIPAIS DE JOÃO COSTA - PIAUÍ**

**JOÃO COSTA(PI), JUNHO 2021**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

 *"*A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é preparação para a vida:

é a própria vida”

John Dewey

João Costa(PI), junho 2021

**SUMÁRIO**

* APRESENTAÇÃO
* IDENTIFICAÇÃO DA SECRETARIA
* DADOS DOS GESTORES
* CONHECENDO A HISTÓRIA DA CIDADE
* GESTÃO ADMINISTRATIVA
* JUSTIFICATIVA
* FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA
* DIAGNÓSTICO DAS ESCOLAS
* PRESSUPOSTOS DE ENSINO
* AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
* OBJETIVOS DA SECRETARIA
* METAS DA SECRETARIA
* PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
* ORGANIZAÇÃO CURRICULAR
* FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
* ESTRUTURA CURRICULAR – EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL
* ACOMPANHAMENTO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
* RECURSOS HUMANOS; RELAÇÃO DOS PROFESSORES E SERVIDORES.
* CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.
* MATRIZES CURRICULARES
* CONSIDERAÇÕS FINAIS
* ANEXO
* PLANO DE CURSO GERAL
* REGIMENTO GERAL

**I - APRESENTAÇÃO**.

Podemos dizer que a educação brasileira tem como requisito básico a formação

de cidadãos críticos e responsáveis pelos seus, Tanto a Constituição Federal como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB estabelecem que “a educação, é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O cidadão pleno é aquele que consegue exercer, de forma integral, os direitos inerentes à sua condição. A cidadania plena passa a ser, desse modo, um ponto de referência para a permanente mobilização dos sujeitos sociais.

Pensar sobre o papel que a educação cumpre na atualidade requer pensar sua

função, sua organização e o envolvimento dos sujeitos. Requer, sobretudo, pensar nas realidades que vivem e convivem no espaço escolar, considerando o momento em que as desigualdades e injustiças sociais expõem os equívocos de um modelo de desenvolvimento econômico e social que visa apenas ao lucro imediato de uma minoria (GADOTTI, 2000) e transforma as relações humanas em relações de mercado.

Esse modelo, fruto das políticas capitalistas, leva as pessoas a um processo de

personalização e competitividade que alteram o modo de ver, entender e agir – ou não agir – na vida, no qual as aspirações e a realização individuais estão fortemente vinculadas aos imediatismos que se refletem no consumo descartável (LIPOVETSKY, 2007), em uma lógica de felicidade efêmera, que dura o tempo que o objeto de consumo durar ou até que um novo surja.

Marca indelével desse modelo, em todo o mundo, é o abismo cada vez maior entre pobres e ricos; entre os excessivamente alimentados e os que sofrem de fome crônica; entre os moradores de palácios e os sem-teto de todas as origens, disparando o detonador da pior de todas as armas: a injustiça social, fomentadora da indiferença, da crueldade e da violência.

Com o objetivo de definir princípios que orientem as ações a serem desenvolvidas nas escolas da rede municipal, a Secretaria Municipal de João Costa, reelaborou o Projeto Político Pedagógico, para a vigência de quatro (4) anos, com previsão de avaliação anual, englobando todas as escolas da rede municipal e procurando contemplar de modo mais amplo possível os interesses prioritários de todos os segmentos da comunidade escolar.

 A presente Proposta Pedagógica tem a finalidade de reavaliar e reconstruir a prática pedagógica, oportunizando o acesso ao conhecimento, formando alunos autônomos, críticos, responsáveis, dos valores a serem vividos, tornando-se cidadãos atuantes em sua comunidade e preparados para a vida. O presente documento armazena os primeiros dados que visam nortear toda a prática pedagógica e ação educativa da rede. Foi elaborada com a participação de todos os membros da rede de ensino com a finalidade de atender todas as necessidades da mesma.

 O processo de elaboração foi feito através de encontros de estudos com professores, coordenadores, gestores, pais, alunos e funcionários e representantes da comunidade, reconstruindo-a através do instrumento de coleta de dados, com objetivo de envolver a comunidade no processo de construção e desenvolvimento desta proposta. Este projeto traz posicionamento e reflexões atuais, com relação à escola que queremos construir, traçando os possíveis caminhos futuros para a concretização da sua meta principal, a transformação de espaço em oficinas de aprendizagens e a transformação dos alunos em construtores do saber.

Portanto, nossa reflexão é baseada principalmente na prática pedagógica cotidiana e na discussão dos referenciais teóricos que nos encaminhem para uma “práxis” responsável e compromissada com uma escola pública de qualidade.

**II – CONHECENDO A HISTÓRIA DE JOÃO COSTA-PI**

 Ao reafirmar a urgência da reestruturação das escolas visando a qualidade do ensino, priorizando os objetivos sociais, a administração de João Costa tenta reorganizar as escolas, implementando políticas indutoras de transformações significativas nas formas de organizar, ensinar, aprender avaliar e trabalhar com o conhecimento, respeitando as singularidades do desenvolvimento humano.

 Para a legitimidade e a efetividade dessa política educacional, é importante contribuir com as ações formativas da opinião pública melhoria das condições pedagógicas, materiais e recursos humanos, possibilitando um acompanhamento contínuo em todos os níveis da gestão educacional.

 Considerando João Costa um município de economia básica voltada para o campo, situado no semiárido nordestino, com uma área de 1.870,68 km2, Localiza-se a uma [latitude](http://pt.wikipedia.org/wiki/Latitude) 08º30'39" sul e a uma [longitude](http://pt.wikipedia.org/wiki/Longitude) 42º24'49" oeste, estando a uma altitude de 300 metros. Situa-se na microrregião do [Alto Médio Canindé,](http://pt.wikipedia.org/wiki/Alto_M%C3%A9dio_Canind%C3%A9) mesorregião do [Sudeste Piauiense](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Sudeste_Piauiense&action=edit&redlink=1)  e um total de 2960 habitantes. IBGE| 2010, ocupa uma área privilegiada em função da disponibilidade de água decorrente dos lençóis subterrâneos e poços jorrantes que constituem a riqueza de seu povo. O relevo é caracterizado por planaltos ou chapadas, morros, serras e planícies, possuindo os solos na maior parte agricultáveis e aráveis, com áreas abundantes em vegetação.

 O município é contemplado por uma grande parte do Parque Nacional Serra da Capivara( correspondendo a 52% da área total) fazendo parte dos sítios arqueológicos , sendo esta importante área de preservação de um patrimônio histórico de reconhecimento internacional, pelos vestígios pré-históricos do homem americano, que segundo resultados de estudos e pesquisas, o município a médio prazo usufruirá da rede do grande potencial turístico, apresentando área de reserva liberada para visitação viabilizando desenvolvimento marcante em todos os setores sociais.

**A – REALIDADE DA EDUCAÇÃO**

O município é servido por uma rede municipal de 03 escolas municipais. Uma população escolar de **611** alunos, distribuídos na Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA, um quadro de **49** professores que atuam nas zonas urbana e rural.

Do ponto de vista da educação, a realidade docente apresenta algumas potencialidades a serem exploradas pedagogicamente, de forma a aproximar cada vez mais sociedade e escola, através da inclusão de conteúdos de maior importância a nível local nas atividades escolares, assim como, programações que viabilizem a incorporação desses profissionais sob a forma de oficinas, debates ou similares, voltados para integração escola/comunidade.

 Quanto à qualificação e atualização do quadro docente, os professores apresentam formação de graduação e na maioria são especialistas; porém precisarão de investimentos em suas formações continuadas a fim de que haja mais estímulos e progressão em suas pedagogias de alternâncias e aplicação de melhor êxito ainda em disciplinas críticas e na alfabetização e letramento de seus alunos.

Um foco a se investir é o suporte pedagógico em termos de bibliotecas e salas de informática que garantam o acesso do professor e do aluno a educação digital e ao livro certo e adequado à demanda.

Destaca -se ainda alguns pontos relativos à Educação do Município que serão as metas para uma educação diferenciada nesses próximos anos:

* Ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender futuramente as crianças a partir de 2 anos;
* Adequar os prédios escolares para pessoas com necessidades especiais;
* Formação de professores, conselheiros e gestores;
* Recensear a população de 6 a 14 anos para inseri-la no ensino fundamental de nove anos;
* Ampliar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos na EJA e elevar a qualidade desta modalidade;
* Oferecer para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários;
* Letrar e alfabetizar todas as crianças até, no mínimo, os oito anos de idade e desenvolver o IDEB da educação básica no município;
* Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas municipais de forma a atender, pelo menos, 25% dos (as) aluno (as) da educação básica;
* Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem;
* Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 80% e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional;
* Implementar o Currículo do Piauí em todas as escolas.
* Trabalhar as macroáreas temáticas através de projetos, sobretudo o Tema contemporâneo meio ambiente, tendo em vista tanto a importância geral dessa temática como a específica considerando que o município fica localizado em extensa área de preservação ambiental.

# B - IDENTIFICAÇÃO DA SEME

 A secretaria Municipal de Educação, tem sede Própria localizada na Rua Projetada, S\N – CEP 64765-000, na cidade de João Costa, estado do Piauí, é mantida pela prefeitura Municipal e tem como missão:

* Proporcionar uma educação pública, gratuita e democrática, voltada à formação integral do ser humano para que possa atuar como agente de construção científica, cultural e política da sociedade, assegurando a universalização do acesso à escola e da permanência com êxito no decorrer do percurso escolar de todos os estudantes.

O cumprimento dessa missão requer a concretização dos seguintes objetivos institucionais da rede pública de ensino:

* Reduzir o analfabetismo, o abandono, a retenção, a evasão escolar e a distorção idade-série;
* Implementar a gestão democrática;
* Implantar gradativo atendimento em educação integral nas escolas municipais;
* Assegurar a formação integral na perspectiva da cidadania, diversidade e sustentabilidade humana;
* Propiciar a prática dialógica entre os diversos segmentos da comunidade escolar e da sociedade civil;
* Assegurar processos participativos e democráticos que contribuam para a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, valorizando a diversidade;
* Assegurar aos sujeitos educativos o acesso às novas tecnologias como instrumentos de mediação da construção da aprendizagem.

# C- PROGRAMAS QUE ATENDEM AS ESCOLAS

A secretaria Municipal de Educação de João Costa desenvolve vários programas para viabilizar a melhoria da educação e oferecer ao educando melhores condições de aprendizagem tais como:

* PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
* PDE Qualidade
* Programa Tempo de Aprender - MEC
* Programa Pró-Alfabetização - Estadual
* PNATE – Programa Nacional do Transporte Escolar.
* PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
* PSF – Programa Saúde na Escola

## D - EQUIPE DE DIRIGENTE

Secretário Municipal de Educação: Acássio Ferreira Gomes

Coordenadora do Programa Pró-Alfabetização: Maria do Socoorro Feitosa

Formador do Programa Pró-Alfabetização (1º e 2º ano): Jones André Tavares Pereira Formadora do Programa Pró-Alfabetização (Ed. Infantil): Maria Valdelice Pereira dos Santos.

Psicopedagogo: Célio Magalhãe da Paixão.

Coordenador local do Programa Tempo de Aprender – Jones André Tavares Pereira Diretores escolares: Joel Vieira de Sá, Maria Cleane Marques da Costa e Jorge Paulo Vieira de Sá.

Coordenadores pedagógicos: Maria Valdelice Pereira dos Santos, Jones André Tavares Pereira, Andreane Pereira Tavares.

 **Modalidades:**

Educação Infantil

Ensino Fundamental Regular

EJA – I, II, III, IV e V – Etapa

 **Níveis de Ensino:**

Creche I e II ( 02 e 03 anos)

Educação Infantil - Pré- Escola - (04 e 05 anos)

Ensino Fundamental – (1º ao 9º ano) – Matricula a partir dos 06 (seis) anos EJA III, IV e V Etapa - ( Matricula a partir dos 15 anos)

## III - GESTÃO ADMINISTRATIVA

 O projeto político administrativo pedagógico deverá emergir do todo, dentro de uma visão contextualizada do processo educativo sustentado teoricamente e fundamentado na prática docente.

 Este projeto propõe-se a desenvolver um trabalho pedagógico onde o currículo, em primeiro lugar, não esteja separado da totalidade do social, mas que esteja historicamente situado e culturalmente denominado. Nesta visão democrática e coletiva a escola é o espaço destinado à socialização do saber sistematizado, saber que tem caráter permanente e que resistirá ao tempo.

 No Projeto da escola é necessário inovação sendo um princípio da Gestão Democrática, estabelecido pela Constituição Federal e pela LDB, que nortearão as práticas escolares, que serão desenvolvidas sempre no coletivo, tendo como parceiros todos os segmentos da sociedade, tais como:

* Conselho da Escola (Órgão maior da escola)
* A Equipe diretiva ( Direção, Coordenação e Professores)
* A Associação de pais e mestres (pais e comunidade em geral).

 O Projeto se pautará em uma política de educação de qualidade, tanto no que diz respeito aos conteúdos curriculares como também na preparação do educando para a vida, principalmente lhes oferecendo conhecimentos teóricos e práticos, procurando lhes oferecer a familiarização com as tecnologias e outros saberes indispensáveis a vida. Nesta gestão democrática todas as decisões serão tomadas ouvindo a comunidade escolar, na qual o coletivo será a pauta principal, outro ponto que será trabalhado com o nosso aluno é a conscientização de que ele é a figura mais importante da escola e portanto será trabalhado no sentido de alcançar a sua formação profissional e pessoal.

## IV - JUSTIFICATIVA

 A educação é prioridade de todos os seres humanos, por isso, precisamos estabelecer metas para serem cumpridas em um espaço de tempo curto, médio e a longo prazo, onde a escola acompanhe de forma gradativa as verdadeiras necessidades da comunidade escolar e sua evolução. Para que a escola alcance esses objetivos, é importante que o corpo docente seja capaz de mediar conhecimentos voltados para o cotidiano do aluno, trabalhando a formação do aluno em termos humano, técnico e social, pois o desenvolvimento do homem deve estar em todos os seus aspectos.

 Coerente com as estratégias previstas na LDB, as nossas escolas têm como meta prioritária o desenvolvimento global do aluno, e para que isso ocorra, faz-se necessária a integração entre educação – cultura - meio, e o conhecimento não se restrinja apenas às teorias, mas que se concretize numa escola, na qual a comunidade em que está inserida, seja capaz de formar uma sociedade mais justa e preparada para promover mudanças significativas no ensinar e a prender.

 Diante da oportunidade oferecida pela Lei 9394/96, onde cada escola organiza seu sistema de ensino de modo que atenda às necessidades e possibilidades, organizamos nossa Proposta Pedagógica que tem como maior objetivo a formação do “Homem” exercendo em sua plenitude o direito à cidadania e descobrindo as suas potencialidades. A nova Proposta Político Pedagógica está adequada as alterações estabelecidas pela LDB 9394/96, artigo 32, através das Leis 11.114/2005, 11.274/2006 que institui a matricula no Ensino Fundamental aos seis anos de idade que estendeu o ensino de nove anos para o Ensino Fundamental, desta forma a Secretaria Municipal de Educação de João Costa refez a Proposta Pedagógica obedecendo as regras básicas para o ensino de nove anos de duração desde 2010.

# QUADRO EXPLICATIVO DA EDUCAÇÃO DE JOÃO COSTA

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| ETAPA DE ENSINO  |  | FAIXA ETÁRIA PREVISTA  | DURAÇÃO  |
| - Educação Infantil  |  | * Creche – 02 e 03 anos
* PRE – escola 04 e 05 anos
 | - 04 anos  |
| * Ensino Fundamental

 * Anos Iniciais

  -Anos Finais   * Séries finais
 |  | . Até 14 anos de idade  . 6 a 10 anos de idade ( 1º ano, 2º ano, 3º ano, 4º ano e 5º ano)  . De 11 a 14 anos de idade (6º ano, 7º ano, 8º ano, e 9º ano)   De 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries.  | * 9 anos

 * 5 anos

  * 4 anos

  * 04 anos
 |
| EJA – Educação Jovens e adultos  | de  | - da 1ª, 2ª,3ª,4ª e 5ª Etapa – de 15 anos em diante  | - 5 anos   |

 A Secretaria Municipal de Educação de João Costa através da sua Proposta Pedagógica mesmo oferecendo o Ensino de nove anos conforme as exigências do MEC e baseado na Lei 11.274/6 continua oferecendo o ensino de oito anos para os alunos que ingressaram nos anos anteriores, mantendo a Proposta Pedagógica anterior.

Portanto, o novo Projeto Pedagógico vem solicitar desta corte a autorização para que as escolas municipais de João Costa possam emitir seus certificados de maneira correta.

## V - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

 O homem educado é capaz de intervir na sociedade em que está inserido de

forma criativa e crítica. Portador de conhecimento, de autoestima, ser autônomo, solidário, compreensivo, capaz de respeitar o ambiente e o próximo.

A função social e política da rede Municipal de Ensino é promover meios para

a realização individual e coletiva do cidadão em permanente construção, levando em conta os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, do direito e deveres do cidadão, do exercício da cidadania, da criatividade e do respeito à ordem democrática.

Segundo Vygotsky, o desenvolvimento intelectual das crianças é resultante de

sua relação com o mundo por meio das interações e fornece por meio dessas, as condições para o estabelecimento e desenvolvimento de todas as atividades do pensamento e do processo de construção de aprendizagem, seja ainda para a necessidade das pessoas dialogarem, duvidarem, discutirem, compartilharem e questionarem, onde o espaço de transformação para as diferenças, para erro, para as condições, para a colaboração mútua e para a criatividade. Para John Dewey, o processo ensino-aprendizagem é uma compreensão de que o saber é construído por conhecimento e vivência que se entrelaçam de forma dinâmica.

O aluno é o sujeito do processo e seu principal objetivo é aprender a

aprender, portanto, requer uma educação libertadora, que se proponha a formar sujeitos críticos, competentes, autônomos, participativo e solidário, para que possam atuar de forma coerente na sociedade.

As escolas da rede Municipal de Ensino deverão explicitar e reconhecer a

identidade pessoal do aluno, dos professores e dos outros profissionais e a identidade escolar, conforme, a realidade na qual a mesma esta inserida. Deverão ainda, reconhecer que as aprendizagens são constituídas pela interação entre o processo de conhecimento com os de linguagens e os afetivos.

É necessário ter em conta uma dinâmica de ensino que favoreça não só o

desenvolvimento das potencialidades do trabalho individual, mas também, e, sobretudo, do trabalho coletivo. Isso implica o estimulo a autonomia do sujeito, desenvolvendo o sentido de segurança em relação as suas próprias capacidades interagindo de modo orgânico e integrado num trabalho de equipe e, portanto, sendo capaz de atuar em níveis de equipe e em níveis de interlocução mais complexos e diferenciados.

A rede Municipal de Ensino baseia-se nos princípios democráticos

estabelecidos pela LDB nº. 9394/96.

* Igualdade;
* Solidariedade;
* Diversidade;
* Liberdade;
* Participação.

As escolas da rede Municipal deverão explicitar, em suas propostas

curriculares, processos de ensino voltados para as relações com sua comunidade local, regional e planetária, visando à interação entre as modalidades de ensino oferecidas: educação infantil - Educação Fundamental, EJA.

 Os alunos ao aprenderem os conhecimentos e valores da Base Nacional Comum e, da parte diversificada, estarão também constituindo sua identidade como cidadãos, capazes de serem protagonistas de ações responsáveis, solidários e autônomos em relação a si próprios e as relações de sua família e comunidade.

## VI – DIAGNÓSTICO

1. - Desempenho escolar do aluno em relação a aprovação e reprovação nas escolas municipais de João Costa –PI

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| INDICADOR  | 2017  | 2018  | 2019  | 2020  |
| APROVAÇÃO  | 89,9%  | 85,9%  | 90,6%  | 100%  |
| REPROVAÇÃO  | 9,6%  | 13,2%  | 8,2%  | 0%  |
| ABANDONO  | 0,5%  | 0,9%  | 1,2%  | 0%  |

1. - Desempenho na Prova SAEB – Proficiência em Língua Portuguesa e Matemática

|  |  |
| --- | --- |
|    | JOÃO COSTA  |
| ANOS INICIAIS  | ANOS FINAIS  |
| LÍNGUA PORTUGUESA  | MATEMÁTICA  | LÍNGUA PORTUGUESA  | MATEMÁTICA  |
| 2013  | 151.57  | 159.26  | 227.19  | 225.66  |
| 2015  | 164.47  | 188.17  | 228.60  | 236.36  |
| 2017  | 175.61  | 177.13  | 242.04  | 264.54  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|    |  | PIAUÍ  |
| ANOS INICIAIS  |  | ANOS FINAIS  |
| LÍNGUA PORTUGUESA  | MATEMÁTICA  |  | LÍNGUA PORTUGUESA  | MATEMÁTICA  |
| 2013  | 175.81  | 189.20  |  | 237.54  | 242.97  |
| 2015  | 190.04  | 202.46  |  | 243.28  | 248.42  |
| 2017  | 199.95  | 209.89  |  | 251.48  | 253.09  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|    |  | BRASIL  |
| ANOS INICIAIS  |  | ANOS FINAIS  |
| LÍNGUA PORTUGUESA  | MATEMÁTICA  |  | LÍNGUA PORTUGUESA  | MATEMÁTICA  |
| 2013  | 195.91  | 211.21  |  | 243.86  | 249.63  |
| 2015  | 207.57  | 219.30  |  | 251.53  | 255.76  |
| 2017  | 214.54  | 224.10  |  | 258.35  | 258.36  |

1. - DESEMPENHO GLOBAL – IDEB.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | IDEB OBSERVADO  |  |  | METAS PROJETADAS |   |
| 2013  | 2015  | 2017  | 2019  | 2013  | 2015  | 2017  | 2019  |
| 3,1  | 4,3  | 4,1  | 3,9  | 3,4  | 3,7  | 3,9  | 4,2  |

## VII - PRESSUPOSTOS NORTEADORES DO ENSINO

É preciso considerar a teoria pedagógica progressista, que parta da prática

social e esteja compromissada em refletir e repensar sobre os problemas da educação, do currículo e do processo ensino e aprendizagem da escola. Os pressupostos norteadores do ensino são: filosófico-sociológicos, epistemológicos e didáticometodológicos.

## 1 - Filosófico-sociológicos

 Considera a educação como compromisso político do Poder Público para

com a população, com vistas à formação do cidadão participativo para um determinado tipo de sociedade. A escola guarda relação com o contexto social mais amplo. Ora, para sabermos que escolas precisamos construir, que cidadãos queremos formar, nós temos que saber para que sociedade estamos rumando. Definido o tipo de sociedade que queremos construir, discutiremos qual a concepção de educação correspondente. A educação é direito de todos e não deve se constituir em um serviço, uma mercadoria, sendo transformada num processo centrado na ideologia da competição e da qualidade para todos.

## 2 - Epistemológicos

 Levam em conta que o conhecimento é construído e transformado

coletivamente. Nesse sentido, o processo de produção do conhecimento deve pautar-se, sobre tudo, na socialização e na democratização do saber. O conhecimento escolar não é mera simplificação do conhecimento científico, que se adequaria à faixa etária e aos interesses dos alunos. A análise do processo de produção do conhecimento escolar amplia a compreensão sobre as questões curriculares. O conhecimento produzido pela pesquisa parte do concreto e da prática que precede a teoria, de modo que esta só tem sentido quando articulada com aquela. O importante é, sobretudo, a garantia da unicidade entre teoria e prática, conhecimento geral e específico, conteúdo e forma, e dimensão técnica e política. O conhecimento deixa de ser visto numa perspectiva estática e passa a ser enfocado como processo.

## 3 - Didático-metodológicos

 Precisam favorecer o aluno na elaboração crítica dos conteúdos do processo

de ensino e de aprendizagem por meio de métodos e técnicas de ensino e pesquisa do professor que valorizam as relações solidárias e democráticas.

 Como sugestão metodológica pode citar: a ludicidade, pesquisa de campo,

oficinas pedagógicas, trabalhos em grupo, debate e discussão, estudo dirigido, estudo de texto, demonstração em laboratório, oficinas escolares, entrevista, observação das práticas escolares, visitas, estágios, cursos etc. Os pressupostos didático-metodológicos sugeridos devem pautar-se em um trabalho interdisciplinar que é muito mais do que a compatibilização de métodos e técnicas de ensino e pesquisa. O processo de ensino e de aprendizagem tem profunda relação com os princípios da pesquisa do cotidiano escolar.

##  4 - Concepção de Homem

Numa dimensão geral, o ser humano é o conjunto de relações sociais das quais participa de forma ativa. Consequentemente, um ser social que vive e sobrevive socialmente, por isso, é também um ser histórico, articulado com seu passado, presente e futuro. Sua essência é o trabalho, através do qual se humaniza, tornando-se mais completo.

 É um ser social, em processo permanente de autoconhecimento e

crescimento, relaciona-se com a natureza, com outros homens e consigo mesmo; ser participante, ativo na construção da história e do conhecimento, devendo ser solidário nas relações com a natureza, com seus semelhantes, na busca constante da harmonia de si e com o mundo.

## 5 - Concepção de Sociedade

A sociedade é mediadora do saber e da educação presente no trabalho

concreto dos homens, que criam novas possibilidades de cultura e do agir social a partir das contradições geridas pelo processo de transformação da base econômica. Ela é marcada por uma série de relações diferenciadas e diferenciadoras, e configurada pelas experiências individuais do homem, havendo uma interdependência em todas as formas da atividade humana, desenvolvendo relações, implantando estruturas sociais, instituições sociais, produzindo bens e garantindo a base econômica.

“A sociedade configura todas as experiências individuais do homem,

transmite-lhe resumidamente todos os conhecimentos adquiridos no passado do grupo e recolhe a contribuição que o poder de cada indivíduo engendra e que oferece a sua comunidade. Nesse sentido a sociedade cria o homem para si”. (Pinto, 1994)

A sociedade hoje, heterogênea e fragmentada, é marcada por profundas

desigualdades (classe, etnia, gênero, religião, etc.). Essa crescente fragmentação do social que potencializou as políticas conservadoras foi, por sua vez, reforçada pelo excepcional avanço tecnológico e científico e seu impacto sobre o paradigma produtivo contemporâneo. Inês B. de Oliveira diz que uma sociedade democrática não é, portanto, aquela na qual os governantes são eleitos pelo voto. A democracia pressupõe uma possibilidade de participação do conjunto dos membros da sociedade que nos abra para uma democracia integral, capaz de produzir um tipo de desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável.

## 6 - Concepção de Educação

Nossa concepção de educação sustenta-se no principio fundamental de que educação é um direito de todos. Tal concepção requer uma dialogicidade como principio ético-existencial de um projeto humanista e solidário, respeitador das diferenças e da pluralidade de visões de mundo, porém crítico e propositivo perante as desigualdades e injustiças sociais.

Processo de desenvolvimento humano, que tem suas finalidades voltadas

para o aperfeiçoamento do homem que dela necessita para constituir-se e transformar a realidade. Deve promover o respeito, a diversidade e aceitação do outro de forma criativa, solidária e transformadora.

Assim, posicionamo-nos em defesa da escola democrática que humanize e

assegure a aprendizagem. Uma escola que veja o aluno em seu desenvolvimentocriança-adolescente e jovem biopsicossocial; que considere seus interesses e de seus pais, suas necessidades, potencialidades, conhecimentos e cultura.

## 7 - Concepção de Escola

 A escola é uma instituição social que pode ocasionar mudanças diante das lutas ali travadas, por meio de sua prática no campo do conhecimento, das atitudes e dos valores, de articular e desarticular interesses (FRIGOTTO, 1999). Por essa razão, não se deve perder de vista a ideia de que as ações pedagógicas refletem as concepções, estejam elas explícitas ou não.

 O papel da educação no espaço escolar requer o fim da ingenuidade sobre as disputas ideológicas ali presentes. As ações, democráticas ou autoritárias, revelam a formação oferecida. Por isso, é preciso questionar sobre a escola que temos e a escola que queremos construir e isso implica problematizar as ações, articular os segmentos que desempenham suas funções e, como proposto pela gestão democrática, favorecer as instâncias coletivas de participação.

 Dessa forma, proporcionar uma educação que possibilite o desenvolvimento do pensamento crítico, que problematize a realidade e a comunidade, que reconheça o território de influência da escola no desempenho de sua função de formadora de sujeitos históricos é, a nosso ver, o caminho para fazer uma educação que seja transformadora da realidade.

## 8 - Planejamento

 Planejar é antecipar uma ação a ser realizada, tornando possível propor uma ação consciente que possibilite transformar determinada situação. Nesse sentido, a competência de planejar possibilita prever nossa ação, estabelecer o que queremos transformar e atribuir novos significados às práticas educativas.

 O planejamento deve permear em todas as atividades da escola, servindo de instrumento permanente. É um processo de busca de equilíbrio entre meios e fim, entre recursos e objetivos visando um melhor funcionamento da instituição. Em sentido mais amplo, é um processo que visa a dar respostas a um problema, estabelecendo fins e meios que apontem para sua superação.

## 9 - Currículo

 O currículo é uma caminhada historicamente construída; é o recorte do conhecimento humano acumulado, que vai ser trabalhado na ação educativa, através de metodologias e estratégias. Resulta de uma seleção de conhecimentos e saberes. Assim, o currículo não é um elemento neutro, na transmissão desinteressada de conhecimentos, mas está implicado nas questões de poder, pois transmite concepções sociais, produz identidades individuais e sociais.

 Entendemos o currículo como um conjunto de atividades carregadas de sentido, com uma intencionalidade educativa capaz de indicar caminhos, assinalando mudanças, identificando atalhos e alterações significativas em busca de aprendizagens de todos os alunos. Deve estar relacionado ao contexto sócio-político-cultural e ser construído de forma dinâmica e participativa através de uma abordagem interdisciplinar, objetivando a formação de um cidadão comprometido eticamente com a transformação da sociedade. -

## 10 - Aprendizagem-

 É um processo de mudança de comportamento obtido através da experiência construída por fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais. Aprender é o resultado da interação entre estruturas mentais e o meio ambiente. De acordo com a nova ênfase educacional, centrada na aprendizagem, o professor é coautor do processo de aprendizagem dos alunos. Nesse enfoque centrado na aprendizagem, o conhecimento é construído e reconstruído continuamente.

## 11- Conhecimento –

 É o resultado de um complexo e intricado processo de modificação, reorganização e construção, utilizado pelos alunos para assimilar e interpretar os conteúdos escolares.

 Tal conhecimento não está dado, pronto e acabado. Mas em constante construção e reconstrução por todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Portanto uma construção do conhecimento, comprometida com a transformação social, referenciado na realidade histórica, em interação com os diferentes saberes e valorização da cultura popular. Uma construção de conhecimento como processo coletivo e constante e que pressupõe a formação permanente dos trabalhadores em educação.

## 12 – Concepção de Cidadão

 É um indivíduo que tem consciência de seus direitos e deveres e participa ativamente de todas as questões da sociedade. Para Demerval Saviani, ser cidadão significa ser sujeito de direitos e deveres: “Cidadão é, pois, aquele que está capacitado a participar da vida da cidade e, extensivamente, da vida da sociedade”.

 De acordo com a visão utópica de Paulo Freire, esse cidadão deve ter consciência política que o habilite a transformar a si mesmo e a se engajar na luta por transformações sociais mais abrangentes ou restritas, na sua escola, no seu bairro e no seu local de trabalho.

O conceito de cidadão varia de acordo com as diversas posições ideológicas e mudam com a história da humanidade, assim para os gregos ser cidadão era ser habitante da cidade, hoje, ser cidadão é poder conviver democraticamente em uma sociedade que garanta as melhores condições para cada um e para todos, de realização pessoal e coletiva com base nas conquistas alcançadas pela humanidade, ter acesso a educação, a saúde, ao lazer, aos bens culturais, ao convívio equilibrado com o meio ambiente, respeitar o outro, suas escolhas, seu credo, sua condição e opção sexual, política e filosófica.

Nossa proposta conceitua cidadão como aquela pessoa que se apropriou dos instrumentos necessários para participar consciente e criticamente da vida cultural, social, política e econômica e para competir e atuar no mercado de trabalho.

## 13 - Gestão Democrática

 É uma forma de gerir uma instituição de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia. Esse modelo de gestão, segundo Vieira (2005), representa um importante desafio na operacionalização das políticas de [educação](http://www.infoescola.com/educacao/gestao-democratica/) e no cotidiano da escola.

 No [Brasil,](http://www.infoescola.com/educacao/gestao-democratica/) com a reabertura político-democrática, pós Ditadura Militar (1964 – 1985), a [Constituição Federal de 1988](http://www.infoescola.com/direito/constituicao-de-1988/) chegou para definir a “gestão democrática do ensino público na forma da lei”, como um de seus princípios (Art. 2006, Inciso VI). Alguns anos mais tarde, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, vem reforçar esse princípio, acrescentando apenas “e a legislação do sistema de ensino” (Art. 3º, Inc. VIII). A partir de então, o tema se tornou um dos mais discutidos entre os estudiosos da área educacional.

 A LDB, em seus artigos 14 e 15, apresentam as seguintes determinações, no tocante à gestão democrática:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

1. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
2. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

Estes artigos da LDB, acima citados, dispõem que a “gestão democrática do ensino público na educação básica aos sistemas de ensino, oferece ampla autonomia às unidades federadas para definirem em sintonia com suas especificidades formas de operacionalização da gestão, com a participação dos profissionais da educação envolvidos e de toda a comunidade escolar e local” (VIEIRA, 2005).

 Os elementos básicos da Gestão Democrática podem se apresentar de várias maneiras, na esfera escolar, as principais são:

* + constituição e atuação do Conselho escolar;
	+ elaboração do [Projeto Político Pedagógico,](http://www.infoescola.com/educacao/projeto-politico-pedagogico/) de modo coletivo e participativo;
	+ definição e fiscalização da verba da escola pela comunidade escolar;
	+ divulgação e transparência na prestação de contas;
	+ avaliação institucional da escola, professores, dirigentes, estudantes, equipe técnica;
	+ [eleição direta para diretor (a);](http://www.infoescola.com/educacao/eleicoes-para-diretor/)

## VIII - AVALIAÇÃO

 **A atual LDBEN Lei 9394/96 no art. 24, inciso V**, considera o processo de construção do conhecimento contínuo e progressivo, devendo a avaliação a ele se adequar. A aprendizagem, nesse sentido, composta de elementos de ordem subjetiva e objetiva e, portanto, deve privilegiar os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

 Para o aluno, a avaliação pode ser instrumento de conquista, superação de dificuldades e possibilidades para a reorganização de seus investimentos na tarefa de aprender. No tocante à Escola, possibilita definir prioridades e identificar quais aspectos das ações educacionais merecem mais apoio. Desta forma, serve de referência para a análise de aprendizagem com relação a aproximação ou distanciamento do eixo curricular que norteia o projeto pedagógico da escola. É primordial, para a Escola, que seja feita uma avaliação externa ao trabalho por ela desenvolvido, com o objetivo de análise dos resultados a fim de orientar a prática e estabelecer novas ações. Essa avaliação pode ser obtida através de pesquisas realizadas com a comunidade escolar.

 Considerando o fato de que a avaliação deve ser processual, contínua e diagnóstica, a rede municipal de ensino adota no ensino fundamental o sistema de avaliação mensal, bem como a recuperação paralela aos conteúdos trabalhados e avaliados. Assim, conforme o artigo 22 da LDB 9394/96: “A educação básica tem por finalidade, desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.”

Avaliação do aproveitamento do/a aluno/a será atribuída pelo/a professor/a da

série ou disciplina registrada:

 A avaliação mensal terá o valor de **10,0** pontos e o aluno deverá alcançar a média mensal de **6,0** (seis), Sendo que o aluno precisa totalizar a média de **12,0** pontos no semestre e de **24,0 (vinte e quatro)** pontos no ano para ser aprovado.

 Os alunos com rendimento inferiores a média **6,0 (seis)** mensal e **12,0** pontos no semestre farão a recuperação paralela respectivamente, no valor de 10 pontos.

 Após as provas e recuperação paralela, caso o aluno não tenha obtido a média necessária para atingir os **24,0(vinte e quatro)** pontos no decorrer do ano letivo, será oferecido uma nova oportunidade ao educando com uma Prova final somatória no valor de **10,0 (dez)** pontos para que ele possa atingir a média necessária do ano letivo em curso, sem limite de número de componentes curriculares, conforme parecer CEE\PI Nº 183\10.

 A escola pode adotar ainda o conselho de classe, para resolver alguns casos com relação à avaliação qualitativa da aprendizagem do aluno, neste sentido o conselho terá autonomia para deliberar conforme for a situação.

## A - Instrumentos da Avaliação

 Na avaliação do rendimento do aluno os critérios devem ser claramente definidos e utilizados pelo menos 03(três) instrumentos:

* Registro descritivo e reflexivo;
* Provas escritas e/ ou orais;
* Trabalhos em salas de aula individuais e coletivos;
* Pesquisa;
* Seminários informativos;
* Relatórios de atividades;
* Apresentação de trabalhos;
* Tarefas;
* Participação em atividades extracurriculares;
* Trabalhos de elaboração de ideias, análise e síntese;
* Projetos; • Questionários; • Portfólios...

# B - RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

A recuperação acontece no dia a dia escolar no cotidiano. O professor ao avaliar sua prática, avalia a apreensão dos conteúdos pelos alunos e ao perceber a necessidade de recuperação oferta a estes, a retomada do conteúdo, quantas vezes forem necessárias. Alguns alunos requerem atendimento individualizado e diferenciado, pois tem dificuldades acentuadas de aprendizagem, defasagem de conteúdos, ou são alunos de inclusão educacional. Também requer adaptação curricular no conteúdo na metodologia e na avaliação.

A recuperação paralela está presente nas leis e instruções que regem a educação brasileira, portanto, é parte integrante do regime escolar e da proposta pedagógica do estabelecimento.

## D - PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

 A rede Municipal de ensino oferece aos professores e funcionários a formação continuada realizada em reuniões pedagógicas que são momentos de formação destinados à busca e ao aprimoramento de conhecimentos no campo da educação, bem como na área específica de cada docente, previamente contemplados no calendário escolar.

 Esses momentos são organizados e encaminhados pela equipe pedagógica e direção, a partir da necessidade da escola são escolhidos temas e assuntos pertinentes ao processo educativo. Nesses momentos acontecem palestras / eventos com o objetivo de valorizar e proporcionar a fundamentação dos professores e funcionários, visando a melhoria da qualidade de ensino.

Vale ressaltar ainda, que são disponibilizados aos professores e funcionários material de apoio para o estudo contínuo.

## IX – OBJETIVOS A ALCANÇAR A - Gerais

* Estimular a integração dos funcionários e comunidade escolar nas atividades promovidas pela escola, mediante a participação em eventos, festas, palestras, mutirões e conselho escolar. Proporcionando, assim, um ambiente agradável para o bem estar dos mesmos;
* Oportunizar ao aluno uma educação voltada para a formação de sujeitos conscientes e crítico, capaz de, partindo das práticas já existentes projetarem novas ações educacionais que ajudem na formação dos sujeitos do campo.

## B – Específicos

* Qualificar os diretores em curso de formação continuada em gestão;
* Qualificar os profissionais de apoio em curso de formação continuada;
* Oferecer curso de formação continuada para professores em todos os níveis e modalidades de ensino;
* Adequar as escolas da rede de ensino para receberem laboratório de informática;
* Adquirir materiais didáticos diversos para as escolas da rede;
* Qualificar todos os conselheiros Escolares da rede de Ensino;
* Disponibilizar um coordenador pedagógico para cada unidade de Ensino da rede;
* Alfabetizar crianças até no máximo 08 (oito) anos de idade;
* Reduzir a indisciplina discutindo com os alunos e demais membros da comunidade Escolar regras de convivência para elaboração participativa do regimento escolar;
* Buscar parceria junto ao conselho Tutelar para adoção de medidas preventivas em relação a regularidade da frequência dos alunos, tendo em vista os índices de abandono e repetência;
* Diminuir o índice de reprovação e evasão da rede de ensino;
* Fortalecer o relacionamento escola/comunidade;
* Promover estratégias de reforço e recuperação paralela para alunos de baixo rendimento na rede de ensino;
* Desenvolver projetos nas diversas áreas dos conhecimentos;
* Buscar atenção para a formação progressiva dos professores graduados para

especializações, mestrados e\ou doutorados.

##  X – METAS A CONQUISTAR

* Promover palestras voltadas aos pais, alunos e funcionários;
* Qualificar os diretores da rede de ensino em curso de formação continuada em gestão;
* Realizar curso de formação continuada para os profissionais de apoio;
* Qualificar os professores em curso de formação continuada;
* Adequar as escolas da rede para receberem laboratório de informática.
* Elaborar e desenvolver projetos interdisciplinares com os Temas Contemporâneos Transversais nas Unidades da rede de ensino para melhorar o desempenho dos alunos;
* Promover a Semana do Meio Ambiente nas escolas em parceria com a comunidade;
* Buscar parceria com diversos segmentos da sociedade para auxiliar a execução de projetos e atividades da escola;
* Propiciar a participação dos pais na vida escolar dos filhos;
* Reduzir a indisciplina do aluno;
* Fazer a integração: escola e comunidade;
* Formar os conselheiros Escolares da rede de ensino;
* Diminuir o índice de abandono em toda rede de ensino;
* Implantar nas escolas da rede municipal estratégias de reforço escolar e recuperação paralela para alunos com baixo rendimento escolar;
* Adequar os transportes escolares da rede de ensino;
* Adequar as escolas da rede municipal de ensino para os estudantes com deficiência e necessidades educativas especiais;

**XI - PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

## A - Rendimento Escolar

O rendimento escolar, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, obedecerá ao Art. 13 incisos III, IV e V e o Art. 24, inciso V alínea A e em consonância com o Regimento Escolar.

Para acompanhar o rendimento dos alunos é realizado bimestralmente reuniões com comunidade e conselho escolar nas quais, é repassado aos pais ou responsáveis por aluno(s) o boletim escolar e o desenvolvimento do processo de aprendizagem do aluno. Também as escolas da rede estão abertas aos pais/responsáveis por alunos durante o ano letivo, quando estes não comparecem à escola a equipe pedagógica ao tomar conhecimento do baixo rendimento de um aluno através dos professores, convoca os pais/responsáveis, através de ofícios.

Nesse sentido a rede Municipal de ensino é democrática e aberta aos pais, buscando intensificar cada vez mais o apoio e a participação dos pais/responsáveis no processo de aprendizagem dos alunos, pois compreendemos que essa participação é de fundamental importância, para a qualidade educacional e a consecução dos objetivos pretendidos pela escola.

Os indicadores servem de referenciais para reavaliação do ensino ofertado. Estes indicadores possibilitam ao Secretário, professores, coordenadores, diretores e funcionários estabelecerem metas e projeções para superar desafios e melhorar a qualidade da educação ofertada pela rede de ensino.

## XII - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Respaldado na Lei 9394/96, nas Diretrizes Curriculares Nacionais e na Base Nacional Comum Curricular – BNCC e no Currículo do Piauí, a rede Municipal de Ensino adotará em suas programações curriculares, conteúdos nas dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais.

Conceituais - Referem a construção ativa das capacidades intelectuais para

operar com símbolos, ideias, imagens e representações que permitem organizar a realidade.

Procedimentais - Os procedimentos expressam o saber fazer que envolve

uma série de decisões e realizar uma série de ações de forma ordenada e não aleatória para atingir uma meta.

Atitudinais- Valores e atitudes não foram durante muito tempo objeto de

atenção da escola, em parte devido a complexidade do assunto, em parte pelo caráter privado desses aspectos. Os valores estão presentes em vários momentos do cotidiano escolar e da vida dos alunos. Não podemos impor determinados valores aos estudantes, mas estimular sua reflexão, de modo que esses valores e atitudes não surjam, por assim dizer, “Do nada”, mas sejam frutos de uma reflexão e possam produzir atitudes cotidianas conscientes

A Educação Infantil com base na LDBEN nº 9394/96, art. 29, tem por

finalidade o desenvolvimento da criança em seus aspectos: físico, psicológico, intelectual, social e religioso, complementando a ação da família e da comunidade.

Para a Educação Infantil, o nº mínimo é de 200 (duzentos) dias letivos,

previsto no calendário escolar, assegurando no mínimo 04 (quatro) horas diárias e 800 horas/anuais de efetivo trabalho.

Acreditando que a proposta educacional para a primeira infância efetivamente contribui para o processo através do qual as crianças vão se constituindo como sujeitos singulares e históricos o currículo da EDUCAÇÃO INFANTIL procura criar situações que permitam à criança desenvolver-se considerando os cinco (5) campos de experiência e promovendo a garantia dos direitos direitos de aprendizagem.

Para tanto, é necessário propiciar à criança oportunidades de experimentar, descobrir, manipular objetos e vivenciar situações em um ambiente seguro e acolhedor permitindo a criança ser independente, fazendo-a sentir-se amada e reconhecida em suas tentativas.

## XIII - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO PROJETO PEDAGÓGICO

A Proposta pedagógica geral da Secretaria Municipal de João Costa se

fundamentou nas leis que regem a educação brasileira, como a Constituição Federal de 1998, englobando os artigos 205 ao 214. Na parte que se destina a educação. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96, principalmente no artigo 32. A proposta tem nos Parâmetros Curriculares Nacionais e nas Diretrizes Curriculares as referências norteadoras para a educação das escolas municipais . A nova proposta se fundamenta na mudança do ensino com a matricula obrigatória aos seis anos de idade com a Lei 11.114/2005 e com a inserção do ensino de nove anos Lei 11.274/2006.

A Proposta Pedagógica não pode deixar de mencionar o Plano Nacional de Educação com a Lei 10.172/2001, que determina as regras básicas para a valorização do professor e a melhoria da qualidade do ensino.

Outro fundamento significativo é o PDE Plano de Desenvolvimento da Educação, que tem levado as instituições de ensino recursos para melhoria do IDEB, oferecendo boas capacitações para os professores e recurso para a escola.

A Proposta Pedagógica procurou se fundamentar e adquirir subsídio nos

pareceres do conselho estadual de educação, observou o estatuto da criança e do adolescente, na inclusão de pessoas com deficiência, na lei da diversidade cultural e no estatuto do idoso, pois as nossas escolas precisam atender todos os seguimentos da sociedade, pois esta é sua missão, oferecer educação de qualidade aos jovens e a aqueles que não tiveram oportunidade de estudar no tempo certo.

## XIV - ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O currículo das Escolas Municipais de João Costa tem como referência a Base Nacional Comum que assegura uma formação básica para todas as crianças, jovens e adultos matriculados na rede municipal, em cada nível e na modalidade de ensino, a seguir:

**A - EDUCAÇÃO INFANTIL:**

A educação Infantil se fundamenta na LDB, 9394/96 especificamente nos

artigos ; 29, 30 e 31. Os conteúdos a serem trabalhados têm em vista a interação das áreas psicomotora, com a construção de conhecimento e atitudes, e com as características e especificidades do universo infantil. As dimensões motoras, cognitivas, afetivo-sociais e a formação de hábitos, juntas compõem os conteúdos pedagógicos básicos próprios da faixa etária das crianças.

O modo como são organizados esses conteúdos, girando em torno de um

tema, ou projeto, privilegiando sempre o contexto lúdico, reconhecem as crianças como seres únicos e capazes, que aprendem a aprender, a fazer, a ser e se conhecer, conviver com os outros e com o meio ambiente de maneira integrada e gradual.

Nesta perspectiva, as brincadeiras, espontâneas ou dirigidas, o uso de

materiais diversos, a música, o jogo, a dança, as diferentes formas de comunicação, de linguagem, de expressão, de criação e de movimento caracterizam as várias maneiras de estimular o desenvolvimento e as conquistas individuais e coletivas das crianças.

## B - ENSINO FUNDAMENTAL

O ensino fundamental será ministrado com conteúdos, metodologia e recursos

adequados, acompanhando o educando para que ele possa desenvolver o pensamento e a criatividade e o sistema avaliativo priorizará o “saber fazer”, ou seja, como diz a LDB, Lei 9394/96, no seu art. 24, onde a Avaliação deve ser continua e cumulativa. Assim a educação tem como objetivo:

Compreender a cidadania com participação social e política assim, com

exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotado, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repudio as injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;

Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes

situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;

## • LÍNGUA PORTUGUESA

Valorização da leitura como fonte de informação, via de acesso aos mundos

criado pela leitura e possibilitando a ampliação do conhecimento de várias formas, como a linguagem, as relações pessoais sendo capazes de expressar seus sentimentos, experiências, ideias e opiniões e sedo capazes de produzir textos escritos, coesos e coerentes, dentro dos gêneros previstos para o aluno no seu ciclo;

## • MATEMÁTICA

Resolver problemas, consolidando alguns significados das operações

fundamentais e construindo novos, em situação que envolvam números naturais e, em alguns casos, números racionais, reconhecendo dados e informações, elaborando formas para organizá-los e expressá-los, interpretando dados apresentados sob forma de tabelas e gráficos valorizando linguagem numérica.

## • HISTÓRIA

Reconhecendo algumas relações sociais, econômicas, políticas e culturais que

a coletividade estabelece ou estabeleceu, no presente e no passado; podendo identificar as ascendências e descendências das pessoas que pertencem à sua localidade, quanto à nacionalidade, etnia, língua, religião costumes, contextualizando seus deslocamentos e confrontos culturais e étnicos em diversos momentos históricos nacionais e afrodescendente.

## • CIÊNCIAS

Levando o aluno à aquisição de conhecimentos específicos,que permita

ampliar progressivamente seus conceitos e vocabulário científico, assim reformular seus próprios conceitos, em que desenvolver no aluno a capacidade de questionar a realidade, formular hipóteses acerca de problemas, planejar e executar investigações (experimentais ou não) por observações coletas e análises de dados, fazer críticas e chegar a conclusões;

## • GEOGRAFIA

Construir os conceitos de ciências e encarar a geografia como ponto de partida

no entendimento da localização e sabendo se orientar no tempo e no espaço, como também saber orientar-se por meio de mapas. Compreendendo os movimentos do planeta e suas consequências em nosso dia a dia e identificar as diferentes formas de presença de água na Terra. Entender como vem ocorrendo as mudanças climáticas e econômicas impostas pelo homem de forma desordenada.

## • EDUCAÇÃO FÍSICA

Desenvolvendo a criatividade, explorando e superando as dificuldades que os

movimentos corporais nos oferece de modo progressivo, e explorando a capacidade física e as

habilidades motoras, demonstrando controle corporal executando movimentos com economia de esforço, ampliando as noções de lateralidade, espaço e tempo, demonstrando habilidade no manuseio de diferentes materiais e entendendo que o esporte estabelece regras fundamentais para a vida ética do educando.

## • ARTES

• Conhecendo as linhas geométricas, observando as diferentes expressões fisionômicas, a natureza, os traçar ovais o desenho animado compreendendo como se realiza uma pintura e saber da importância do desenho para a criação das casas dos prédios, pontes e da valorização da arquitetura, nacional e mundial. Conceituar logotipo e conhecer exemplos criados por desenhistas brasileiros.

## • INGLÊS

• Analisando os recursos expressivos do idioma estrangeiro estudado, relacionando texto/contexto, de acordo com a natureza, função, organização, estrutura e condições de produção de textos orais e escritos, de forma que possa valorizar os saberes adquiridos com o uso da linguagem estrangeira como ferramenta para o exercício da cidadania e para o acesso ao mundo do trabalho e para a continuidade de estudos. Desta forma a língua estrangeira passa a ter um valor importantíssimo na vida do educando no que diz respeito ao mundo globalizado e tecnológico.

**C - EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:**

A Educação de Jovens e Adultos está fundamentada na LDB – Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, 9394/96. Art. 37 e 38, com três funções básicas que norteiam sua prática:

* **A Função Reparadora**, no limite, não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: Mas a função reparadora deve ser vista ao mesmo tempo como uma oportunidade concreta de presença de jovens e adultos na escola.
* A **Função Equalizadora** do EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donos de casa, migrantes, aposentados e encarcerados.
* **A Função Qualificadora** ela é o próprio **sentido** do EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação, pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares.

### • A – Educação de Jovens e Adultos

 A lei máxima da educação nacional, LDBEN 9394/96, no seu art. 38 prevê que: A educação de jovens e adultos destina-se àquelas que não tiveram acesso aos estudos no Ensino Fundamental na faixa etária de 6 a 14 anos, e deve ser oferecidas em sistemas gratuitos de ensino, com oportunidades educacionais apropriadas, considerando suas características, seus interesses, condições de vida e de trabalho.

A educação de jovens e adultos – EJA é, portanto, uma modalidade especifica da Educação básica que se propõe a atender a um público ao qual foi negado o direito á educação durante a infância e ou adolescência, seja pela oferta irregular de vagas, seja pelas inadequações do sistema de ensino ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis.

 A educação básica de homens e adultos é aquela que possibilita ao educando ler, escrever e compreender a língua nacional, o domínio dos símbolos e operações matemáticas básicas, do conhecimento, essenciais das ciências sociais e naturais, e o acesso aos meios de produção cultural, entre os quais o lazer, a arte, a comunicação e o esporte.

 A SEME ofertou em 2013, Educação de Jovens e Adultos de primeiro e segundo segmento da I a V etapa na forma presencial noturno em cursos organizados em regime semestral. A idade mínima para ingresso na EJA é de 15 anos completos, para o 1º e 2º segmentos. Ressalta-se que a alfabetização é a primeira etapa do 1º segmento da EJA e não uma modalidade à parte. Esse segmento é composto por quatro etapas semestrais, que correspondem aos anos iniciais do ensino fundamental, e o 2º segmento é também composto por quatro etapas semestrais, que correspondem aos anos finais do ensino fundamental.

 Sendo assim, apresenta-se o trabalho como um princípio educativo, atividade necessária a todos os sujeitos da EJA – estudantes, professores, gestores –, a partir do momento em que se reconhecem como trabalhadores, por meio de uma educação emancipadora.

 A EJA apresenta-se como possibilidade de avanço do conhecimento formal, da elevação da escolaridade, da autonomia coletiva, social, econômica e intelectual, desde que se considere o perfil dos sujeitos da EJA e sua diversidade.

**D - INTERDISCIPLINARIDADE, TRANSVERSALIDADE E MULTIDISCIPLINARIDADE** Todos os componentes curriculares serão trabalhados levando em consideração as Competências gerais da BNCC e os Temas contemporâneos transversais (TCTs) que estão inseridos nas cinco (5) macroáreas temáticas a seguir:



# TEMÁTICAS A SEREM DESENVOLVIDAS ATRAVÉS DE PROJETOS INTERDISCIPLINARES

As temáticas serão desenvolvidas através de projetos interdisciplinares nas escolas. O projeto com a temática meio ambiente será trabalhado durante o ano letivo enfatizando mais ainda na Semana do Meio Ambiente. Pretende-se fortalecer a cada ano o projeto com essa temática, desenvolvendo atividades práticas e que causarão impacto positivo, de fato, no lugar em que as pessoas moram e estudam, ou seja, que resultem em mudanças de hábitos.

 As outras temáticas serão desenvolvidas com enfoque na prática também, no sentido de combater violação dos direitos da Criança e do Adolescente, apropriar-se de hábitos saudáveis de alimentação e de atitudes de valorização da vida.

* Combate ao abuso sexual de Crianças e Adolescentes;
* Alimentação saudável;
* Preservação do meio ambiente (Projeto anual);
* Valorização da vida;
* Direitos da Criança e do Adolescente;
* Consciência Negra;

## XV - ACOMPANHAMENTO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

 **O Projeto Político Pedagógico** da Secretaria e das Escolas Municipais João Costa passará por reavaliações a cada ano para que todas metas sejam cumpridas e caso não tenham sido alcançadas no ano anterior serão replanejadas e colocadas em pauta pelas escolas municipais.

 O Acompanhamento permanente da Proposta Pedagógica possibilitará, igualmente, a constatação dos progressos obtidos em todas as áreas de sua abrangência. Assim, as adaptações ocorrerão no processo garantindo que a Proposta Pedagógica continue efetivamente para a melhoria da qualidade de educação em todos os níveis e consequentemente melhorando o conhecimento do seu povo.

## XVI - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Atividade/Mês**  | **Fevereiro/****Março**  | **Abril/** **Maio**  | **Junho**  |
| Analise pela equipe gestora da proposta existente  | X  |   |   |
| Encontro com os profissionais da escola para falar sobre a necessidade de sua reconstrução  | X  |   |   |
| Convite à comunidade interna e externa a participarem da reconstrução  |   | X  |   |
| Encontro com pais, representantes de bairro e funcionários para coleta de dados  |   | X  |   |
| Análise, ampliação e reconstrução coletiva da  |   | X  |   |
| proposta  |  |  |  |
| Levantamento do referencial teórico  |   | X  |   |
| Conclusão de informações e digitação  |   | X  | X  |

**XVII - MATRIZES CURRICULARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOÃO COSTA - 2021**

# XVIII- CONSIDERAÇÕES FINAIS

 A Secretaria Municipal de Educação de Canavieira reelaborou sua Proposta Pedagógica Geral atendendo as determinações contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 art. 12 – 13 e 14 e nas Diretrizes do Conselho Nacional da Educação.

 Atendendo às exigências legais acima citadas assumimos o compromisso político e social com a educação política, gratuita e de qualidade, conforme os princípios norteadores desta proposta, que é a democratização da educação envolvendo o acesso e a permanência dos alunos, a socialização do conhecimento e a gestão democrática.

 A reelaboração do Projeto Político Pedagógico possibilitou reflexões sobre o contexto histórico no qual estamos inseridos, a sociedade capitalista em crise, seus condicionantes sócio político e econômico e a estreita relação com uma de suas instituições: a educação. Essa reflexão deixa-nos a certeza de que é possível a construção coletiva de um referencial teórico-metodológico que nos auxilia na concretização de uma educação pública de qualidade.

 O educador deve saber “ouvir” a escola, estar atento aos acontecimentos e necessidades, construindo conhecimento através da leitura da realidade.

 A escola exigida pelos novos tempos deve reconstruir-se em seu contexto imediato e concreto, onde os cidadãos vivem o seu cotidiano. Isto significa repensá-la em suas dimensões de espaço cultural instituído como expressão das políticas da educação vigente, de grupos, de toda uma comunidade educativa, que pensa, repensa, organiza e conduz o processo de construção do conhecimento coletivamente e da própria formação, em que se integram as práticas efetivas e a ciência que delas se infere para conduzi-las com maior segurança. Certamente dificuldades surgirão, assim como, possíveis falhas na elaboração do Projeto se evidenciarão no decorrer de sua implementação. No entanto, essa avaliação é essencial e indica progressos: a evolução no pensamento da comunidade escolar.

 Acreditamos que o Projeto-Político-Pedagógico de nossas Escolas representem um desafio importante na caminhada de uma escola que busca efetivamente uma educação de qualidade.

## XIX - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CNE\ CEB Nº 7\2010.

Educação Básica – LDB/96 – Contém títulos e capítulos da Constituição Federal / 88.

KRUPPA, S.M.P. Sociologia da Educação. São Paulo, Cortez: 1994

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96

Lei nº 5101/99 – Dispõe sobre o Sistema de Ensino do Piauí e dar outras providências.

MENEGOLA, Marximiliano S. Santo Ana, Ilza Martim. Por que Planejar? Como Planejar? Currículo – área – aula. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOLL, J. Histórias de Vida, histórias de escola: elementos para uma pedagogia da cidade.

Petrópolis: Vozes, 2000.

PARO, V. H. Gestão democrática da escola pública. São Paulo. S P, Ática, 2002.

Parâmetros Curriculares para o Ensino Fundamental / Brasília – MEC 1996.

Parecer CNE nº 04/98 – Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental.

Resolução CEE/PI nº 001/2000 – Normatiza os processos e autorizações para o funcionamento dos estabelecimentos do ensino básico do sistema Estadual de Ensino do Piauí.

Resolução CNE nº 02/98 – Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental

RIBEIRO, Mª José Reginato, ett, alli. Revista Raízes e Asas. Projeto da Escola.

SANCHO, J.M. A diversidade da escola ou a diversidade da educação? Pátio, ano V nº 20. p 5255 fev/abr. 2002.

SAVIANI. D. Escola e Democracia. Cortez. SP. 1991.

VYVIANI.L.S.A formação social da mente. Ed. Martins Fontes. SP. 1984.

# COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO E COMPILAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO MUNICÍPIO DE JOÃO COSTA – PI

Acássio Ferreira Gomes

Secretário Municipal de Educação

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Maria do Socorro Feitosa

Técnica da Secretaria Municipal de Educação

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Joel Vieira de Sá

Diretor da Creche Mãe Ana

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Maria Valdelice Pereira dos Santos

Coordenadora da Creche Mãe Ana

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Diretora da Unidade Escolar Viturino Tavares

Maria Cleane Marques da Costa

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Coordenador da Unidade Escolar Viturino Tavares Jones André Tavares Pereira

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Jorge Paulo Vieira de Sá

Diretora da Unidade Escolar Luís Malaquias

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Coordenadora da Unidade Escolar Luís Malaquias Andreane Tavares Pereira

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Delvani Nunes Dias

Professora da Unidade Escolar Luís Malaquias

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Carmem Lúcia Tavares Marques

Professora da Unidade Escolar Viturino Tavares